

## “Operação Eleições”

O Tribunal de Contas do Estado executou um projeto inédito em todo o País. Trata-se da “Operação Eleições”, realizada em parceria com o Ministério Público de Pernambuco, tendo se iniciado no mês de agosto com a finalidade de fazer o acompanhamento da execução orçamentária dos municípios durante o período eleitoral. Com esse intuito, técnicos do Departamento de Controle Municipal, da Coordenadoria de Controle Externo e do Núcleo de Engenharia, com o apoio das Inspetorias Regionais e do Ministério Público, visitaram semanalmente os municípios para acompanhar de perto as suas prestações de contas e o cumprimento da Lei Eleitoral.

O projeto foi lançado oficialmente durante um seminário na cidade de Petrolina, no dia 6 de julho. A “Operação Eleições” foi idealizada no início do ano, motivada por três fatores principais: a Emenda Constitucional permitindo que os prefeitos e vereadores pudessem se candidatar à reeleição, a crise financeira dos municípios, sobretudo daqueles mais pobres, e o aumento do número de denúncias que normalmente chega ao TCE durante o período eleitoral.

Os objetivos da “Operação” consistiram em identificar possíveis desvios de recursos dos caixas das Prefeituras, verificar a possível utilização da máquina com finalidade eleitoral, certificar-se de que as despesas realizadas atendiam à finalidade pública e tornar mais célere a atuação do Tribunal de Contas, encaminhando ao órgão competente o processo referente ao ilícito praticado pelo gestor público.

Detalhadamente, a “Operação” foi composta das seguintes etapas: solicitação da relação de contas bancárias dos municípios, da relação de veículos, o seu estado de conservação e o combustível utilizado; apu-

ração junto à tesouraria de quanto a Prefeitura dispõe em caixa no dia da visita; verificação dos empenhos emitidos, despesas empenhadas e a entrada de transferências voluntárias. Caso fosse constatado algum ilícito, abria-se um processo a ser julgado pelo TCE entre 10 e 15 dias.

A estratégia desenvolvida pelo Núcleo de Engenharia durante a “Operação Eleições” consistiu em observar se as despesas com obras atendiam ao interesse público, se houve o desvio de materiais, se as obras foram precedidas por corretos processos licitatórios e se a Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe o início de obras sem que haja recursos em caixa para concluí-las, foi observada. O Núcleo de Engenharia também fiscalizou a qualidade da obra e a sua compatibilidade com as normas técnicas.

A Associação Municipalista de Pernambuco apoiou a iniciativa do TCE em realizar a “Operação”, exaltando a sua atuação preventiva para coibir abusos durante o período eleitoral. Já a Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (FENASTC) divulgou uma nota oficial de apoio e enviou-a para todos os Tribunais de Contas do País pela realização da “Operação Eleições”.

Com o encerramento da “Operação”, o Tribunal de Contas de Pernambuco enviou para o Ministério Público 62 processos relativos a indícios de irregularidades encontrados pelos auditores. O Ministério Público, por sua vez, com base na documentação do TCE, pediu ao Tribunal de Justiça a decretação de intervenção nos municípios de Brejo da Madre de Deus e Abreu e Lima e a prisão preventiva dos prefeitos José Inácio da Silva e Jerônimo Gadelha, ambos acusados de improbidade administrativa.